

# Duas teses sobre Marx e o conceito de desenvolvimento

Patrick Galba de Paula

Mestre em Políticas Públicas  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

## **Duas teses sobre Marx e o conceito de desenvolvimento**

**Resumo:** Este artigo busca analisar a noção de desenvolvimento presente na obra de Karl Marx partindo de duas das interpretações mais difundidas de sua abordagem do assunto. A primeira é a interpretação que atribui a Marx uma concepção histórico-filosófica do desenvolvimento e de caráter teleológico, em que as distintas formações sociais percorreriam os mesmos estágios, de forma linear e na qual a principal tendência do capitalismo seria o nivelamento dos patamares de desenvolvimento em todo o mundo. A segunda interpretação é a que aponta uma mudança radical do autor em um momento maduro de sua evolução. Após a comparação de ambas as interpretações com algumas análises de situações concretas, com as teorias da história e da alienação, com os fundamentos da teoria do valor e com o método da crítica à economia política construídos pelo autor, apontam-se as limitações de ambas as interpretações.

**Palavras-chave:** 1. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. 2. Teoria social marxista. 3. Teoria do valor.

## **Two thesis on Marx and the concept of development**

**Abstract:** This article aims to analyze the concept of development in the work of Karl Marx focusing on two of the most widespread interpretations of his approaches to the subject. The first is the interpretation that attributes to Marx a historical-philosophical concept of development with a teleological character. According to this interpretation, different social formations would evolve linearly through the same stages and the trend of capitalism would be the leveling of development worldwide. The second interpretation is the one that points out to a radical change of mind of the author in a mature point in his evolution. After comparing both interpretations with concrete analyses, as well as with the theories of history and alienation, the foundations of the theory of value and the method of the critique of political economy constructed by the author, limitations of both interpretations are pointed out.

**Keywords:** 1. Development and underdevelopment. 2. Marxist social theory. 3. Labor theory of value.

**A**pós a Segunda Guerra Mundial, mais de cinquenta países obtiveram sua independência das antigas metrópoles europeias, principalmente na Ásia e na África.<sup>1</sup> Esses, juntamente com a América Latina, vão dar origem a um “terceiro mundo” formado por países formalmente independentes, mas “subdesenvolvidos”. Buscando oferecer um “caminho para o progresso” desses países, as principais teorias da economia do desenvolvimento, como os trabalhos de A. Lewis (1969) e Rostow (1974), caracterizam-se por compartilhar uma identificação praticamente imediata entre as noções de “desenvolvimento” e “desenvolvimento capitalista”, como expansão das relações de produção capitalistas<sup>2</sup>. Seu objetivo seria fornecer bases para o chamado *catch up*, ou seja, o nivelamento do desenvolvimento nos patamares dos países industriais.

Um importante questionamento dessas teorias seria realizado por Paul A. Baran (1977),<sup>3</sup> e aprofundado por A. G. Frank (1966) e pela Teoria da Dependência. Aqui o subdesenvolvimento aparece como uma consequência da própria expansão das relações capitalistas nos países “pobres” (satélites/periferia), ocorrida em função do abastecimento de matérias primas para a indústria dos países desenvolvidos (metrópoles/centro). Essa posição ficaria conhecida como *neomarxista*.

---

1 Este artigo expressa de forma sintética as principais conclusões da pesquisa realizada para a dissertação de mestrado do autor defendida junto ao PPED do Instituto de Economia da UFRJ (DE PAULA, 2014). O autor agradece à orientação do professor Ronaldo Fiani e aos comentários dos professores Bianca Bonente, Eduardo Costa Pinto, Marcelo Carcanholo e Eleutério Prado. Obviamente, qualquer erro ou imprecisão é de exclusiva responsabilidade do autor.

2 Esta afirmativa foi detalhadamente testada no trabalho de Bonente (2011), nos Capítulos 4 a 7.

3 Os trabalhos de Lewis, Rostow e Baran são respectivamente de 1954, 1960 e 1957.

Em resposta aos trabalhos de Baran, Frank e dos dependentistas surge toda uma produção bibliográfica que busca discutir e estabelecer qual seria a noção de desenvolvimento presente na obra de Karl Marx. O objetivo dessa produção é compreender se as formulações de Marx “autorizariam” ou não esse neomarxismo. Em geral, os autores que participaram do debate sobre a noção *marxiana* de desenvolvimento buscavam demonstrar que, ao contrário dos neomarxistas, Marx tinha uma posição sobre o tema segundo a qual os patamares de desenvolvimento capitalista tendiam a se nivelar pelo mundo. No presente artigo, essa interpretação será chamada de *difusionista*, por ter a característica fundamental de atribuir ao autor a *previsão de uma tendência de difusão do capitalismo pelo mundo, ou das relações de produção capitalistas, como sendo algo equivalente a uma difusão do “desenvolvimento”*.

Esse tipo de interpretação teve grande ressonância ao longo da segunda metade do século XX, pois mesmo críticos desse tipo de visão e, até autores com simpatias pela teoria da dependência ou pelas teorias da troca desigual, cederam a ela em suas obras. Esses aceitaram, ainda que com diferentes graus de contradições, a interpretação que identificava as teses difusionistas na obra de Marx. Os exemplos disso vêm desde o próprio Baran (1977, p. 210), até Dos Santos (2000, p. 18-19), passando por Sutcliffe (1972, p. 181), Amin (1974, p. 147-148), Brown (1974, p. 70), Williams (1978, p. 930), Wallerstein (1985, p. 379), Mclellan (1998, p. 275-277), e Fiori (2000, p. 15-19). O sucesso da atribuição dessa tese a Marx fez com que ela se tornasse expressão de um marxismo supostamente “ortodoxo”. De todo modo, é possível que os críticos “não-ortodoxos” tenham contribuído de forma importante para esse resultado<sup>4</sup>.

Por outro lado, uma segunda linha interpretativa, também muito relevante sobre o tema do desenvolvimento na obra de Marx, admite que ele tenha partido deste tipo de posição “difusionista” em sua juventude, mas afirma que essa etapa inicial de sua evolução foi superada após uma ruptura radical com

---

4 Sobre isso, Chilcote afirmaria que um dos principais problemas dos marxistas de sua época, que estudavam o desenvolvimento, seria sua “indisposição de buscar suas descobertas no pensamento de Marx, ou talvez sua desatenção com os escritos do século XIX” (CHILCOTE, 1983, p. 105).

grande parte dessas posições, ocorrida em algum momento após os anos 1850. Essa visão será chamada aqui de *tese da mudança radical*.

### Desenvolvimento em Marx: a interpretação difusionista

Para orientar uma análise crítica dessas interpretações, demonstrou-se útil dividir a discussão da visão de Marx sobre o desenvolvimento em dois níveis:<sup>5</sup> o primeiro, do desenvolvimento das sociedades em geral, ou seja, de uma “teoria da história”,<sup>6</sup> aquele que seria o nível mais abstrato e trans-histórico; o segundo, seria o de uma “teoria do capital”, específica para o modo de produção capitalista, ou seja, uma teoria do desenvolvimento capitalista. O objetivo dessa divisão é deixar claro quais as proposições de Marx e de seus intérpretes derivam dos pressupostos gerais e trans-históricos, e quais derivam de uma teoria específica do modo de produção capitalista.

Essa visão, no nível mais abstrato de uma teoria da história, atribui a Marx uma concepção histórico-filosófica segundo a qual o desenvolvimento das sociedades humanas se daria numa sucessão de estágios pré-determinados rumo ao progresso, ou seja, uma visão teleológica (hegeliana)<sup>7</sup> da história (AVINERI, 1968, p. 3-12; KIERNAN, 1974, p. 213-214). Os autores que comungam dessa interpretação passam a reconhecer progressivamente “contradições” e

---

5 O primeiro a propor este tipo de divisão parece ter sido Palma (1978, p. 887), também adotada por Bonente (2011).

6 Em referência à posição de Marx o termo “teoria da história” significa, na falta de expressão melhor, as considerações decorrentes dos pressupostos trans-históricos aplicáveis a qualquer sociedade cuja reprodução seja fundada no trabalho humano, conforme mencionados por Marx, por exemplo, em *A Ideologia Alemã* (MARX; ENGELS, 1982, p. 26-27). Não será feita aqui qualquer tentativa de tratamento da questão da possibilidade lógica de uma teoria materialista da história.

7 A identificação de uma concepção histórico-filosófica do “desenvolvimento” da sociedade com a noção da História como progressiva realização da Ideia, ou seja, com a concepção hegeliana da história, aparece na obra do próprio Marx e não é, de forma alguma, uma proposição original. É possível observá-la, por exemplo, em passagens da Introdução de 1857 (MARX, 2011, p. 54-61), assim como no posfácio da segunda edição de *O Capital* (*idem*, 1985, I-1, p. 20-21).

“tensões” nesta filosofia da história de Marx, mas insistem que foi efetivamente a posição expressada pelo autor na maior parte de sua obra (VUJACIC, 1988, p. 471; LARRAIN, 1999, p. 230-231).

O principal aspecto que decorreria desta concepção seria a ideia de existência de uma *unilinearidade* do processo de desenvolvimento, ou seja, uma linha evolutiva comum sobre a qual estariam, em diferentes posições, todas as formações sociais humanas. As diferenças entre as distintas sociedades só poderiam, portanto, referir-se ao atraso relativo dentro desta linha evolutiva única. Na última versão dessa interpretação, admite-se que, antes do capitalismo, possa ter havido uma “bilinearidade” devido ao reconhecimento feito por Marx do modo de produção asiático. No entanto, mesmo assim preservar-se-ia uma unilinearidade no que diz respeito ao capitalismo (do pré-capitalismo ao capitalismo e daí ao socialismo/comunismo), ou seja, um “afunilamento” dos distintos modos de produção, que só poderiam alcançar o desenvolvimento em patamares “modernos” através do capitalismo (PALMA, 1978, p. 887; VUJACIC, 1988, p. 481; LARRAIN, 1999, p. 229-230).

No que diz respeito à teoria específica sobre o capital, aponta-se a tendência à expansão do capital em conjunto, com o que seria chamado por Foster-Carter (1978) de “homoficiência” do capital. Trata-se da atribuição a Marx da noção de que o capital, independente das peculiaridades dos processos históricos de desenvolvimento, funcionaria sempre (e em qualquer país) da mesma forma, e o avanço das relações capitalistas e da “lógica” do capital levaria sempre às mesmas consequências. As principais delas seriam: a tendência ao surgimento de capitalismo industriais autônomos (KIERNAN, 1974, p. 198; PALMA, 1978, p. 888) e o nivelamento dos patamares de desenvolvimento nas distintas partes do mundo (WARREN, 1973, p. 41-42; KAY, 1975, p. 10; PALMA, 1978, p. 886-887; BREWER, 1990, p. 24). Essa característica teria a ver com a tendência do capital a promover o aumento da produtividade do trabalho em qualquer situação, através do mecanismo da mais-valia relativa, cujo fundamento seria a adoção de relações capitalistas de produção (BRENNER, 1977, p. 30-31). Assim, o desenvolvimento das relações capitalistas de produção é visto como determinante em relação ao desenvolvimento das forças produtivas (FINE e HARRIS, 1981, p. 19).

Se, eventualmente, a expansão de relações capitalistas não leva ao “desenvolvimento”, a explicação estará sempre no papel negativo das peculiaridades dos modos de produção pré-capitalistas (REY, 1978, p. 11-16; MANDEL, 1980, p. 865), e nas dificuldades que estas peculiaridades imporiam ao avanço do capital produtivo, em alguns casos em combinação com o capital comercial, responsável pela exportação de mercadorias pelos países industriais (KAY, 1975, p. 125-126; WEEKS, 1988, p. 51).

Uma decorrência da forma que se aborda esse segundo nível do processo de desenvolvimento diz respeito ao problema das unidades de análise e à possibilidade de utilização das teorias contidas na obra máxima de Marx, *O Capital*. Uma abordagem, dentro dessa interpretação, tem sido a afirmação de que *O Capital* se baseia num “modelo de uma economia fechada e homogênea, completamente capitalista” onde “não há espaço para quaisquer diferenças nas condições econômicas entre países diferentes” (BREWER, 1990, p. 26). Assim, excetuando-se o país (ou países) onde as relações sociais capitalistas alcançaram sua máxima sofisticação, a teoria de Marx do valor-trabalho e toda teoria social decorrente (teoria da mais-valia, teoria da acumulação, teoria do preço de produção, etc.) não seria aplicável (PALMA, 1978, p. 978). Em suma, os países subdesenvolvidos, em geral, não seriam “capitalistas o suficiente” para uma análise da teoria do valor-trabalho. Isso seria provado pelo próprio fato de serem subdesenvolvidos, pois o subdesenvolvimento seria uma forma de atraso do ponto de vista da difusão das relações capitalistas de produção.

Deste modo, falar em desenvolvimento, modernização das sociedades do nosso tempo e melhoria das condições materiais seria necessariamente tratar do avanço das relações capitalistas, da lógica do capital. Quanto mais capitalista um determinado país, mais desenvolvido. Disso decorreria que, numa acepção marxiana, a noção de subdesenvolvimento - como o caso dos países subdesenvolvidos, “em desenvolvimento”, “pobres” - não poderia corresponder à outra coisa senão a um insuficiente avanço das relações capitalistas (LARRAIN,

1999, p. 233-234).<sup>8</sup> Nesse quadro, o subdesenvolvimento seria o mesmo que um “atraso” do ponto de vista das relações capitalistas de produção e do predomínio da “lógica” do capital.

### A tese da mudança radical e a visão de Marx depois de 1860

A interpretação que aponta uma mudança no posicionamento de Marx sobre o desenvolvimento comporta posições mais heterogêneas. As diversas versões dessa interpretação têm em comum a visão de que há, em algum momento entre 1853 e 1877, uma ruptura do autor com alguns aspectos descritos na seção anterior.

Do ponto de vista de uma teoria da história, reconhece-se em geral a existência de um período teleológico, histórico-filosófico na obra de Marx. No entanto, afirma-se que o autor teria efetuado uma ruptura com este tipo de concepção em algum momento que varia entre 1853 e 1877, como já mencionado. A ruptura é, em geral, relacionada com as análises sobre a Ásia, onde os “esquemas” formulados por Marx para o ocidente não se aplicariam por completo (KOHAN, 1998, p. 236; ANDERSON, 2010, p. 298), ao contato do autor com a intelectualidade “periférica” russa (WADA, 1984, p. 44; DUSSEL, 1990, p. 245; DI MEGLIO; MASINA, 2012, p. 208) e à repercussão de acontecimentos como a Comuna de Paris (SHANIN, 1984, p. 6-7). Os pontos deste processo de evolução considerados relevantes são: a elaboração da categoria do “modo de produção asiático” e os escritos sobre a possibilidade aventada por Marx de uma “via russa”, não-capitalista, de desenvolvimento a partir da comuna rural (*obshtchina*). Após essa ruptura, Marx teria desenvolvido uma teoria da história multilinear, onde as possibilidades de

---

8 G. Williams, já em 1978, havia ressaltado este aspecto em sua crítica das visões marxistas do desenvolvimento (WILLIAMS, 1978, p. 925). Não percebe, entretanto, a existência de uma superação deste tipo de visão na obra de Marx (*idem, ibidem*, p. 929).



transformação das sociedades humanas seriam mais amplas (WADA, 1984, p. 45; ANDERSON, 2010, p. 244).

No que diz respeito ao desenvolvimento numa “teoria do capital”, no sentido mais específico, afirma-se em geral um reconhecimento do subdesenvolvimento. Isso significaria a possibilidade vista por Marx a partir da década de 1860, com seus escritos sobre a Irlanda, – mas que se repetiria em textos sobre a Polônia, a Rússia, o sul dos Estados Unidos e em escritos posteriores sobre a Índia – de um “novo caminho” a ser trilhado, no qual a expansão das relações de produção capitalistas não levaria necessariamente ao mesmo lugar onde se encontram os países industriais (MOHRI, 1979, p. 40-41). Também aqui a variedade é muito grande, havendo quem afirme ver em Marx um precursor da teoria da dependência (MOHRI, 1979, p. 41; DI MEGLIO; MASINA, 2012, p. 209), ou uma aproximação do autor da noção de subdesenvolvimento (SCARON, 1980, p. 8-9).

### Desenvolvimento das sociedades na obra de Marx

Nesta seção serão analisadas as interpretações até aqui tratadas por meio de uma comparação crítica de suas principais proposições com a obra de Marx. A principal preocupação não será tentar “encaixar” a teoria social do autor nas categorias da teoria do desenvolvimento, mas buscar entender como o fenômeno concreto foi e poderia ser tratado dentro de seu quadro teórico, comparando posteriormente os resultados alcançados com as interpretações vistas acima.

No que diz respeito à existência de uma filosofia da história e de uma visão unilinear do desenvolvimento das sociedades na obra de Marx, o exame atento da obra do autor não parece dar razão à interpretação difusionista, nem mesmo tomados em consideração os seus escritos da década de 1840.

Em linhas gerais, Marx havia formulado sua teoria da história já em *A Ideologia Alemã*. Essa teoria se caracteriza justamente por negar esse aspecto do pensamento das distintas correntes hegelianas com as quais Marx polemiza, afirmando em seu lugar uma concepção materialista e dialética, na qual busca demonstrar que a ação transformadora humana é sempre possível, mesmo

limitada pelas circunstâncias materiais em cada momento histórico. Ou seja, a interpretação difusionista, nesse ponto, atribui a Marx um aspecto do pensamento de Hegel cuja negação é um dos elementos que confere especificidade à obra marxiana. Marx afirma n' *A Ideologia Alemã*:

“A filosofia autônoma perde, com a exposição da realidade, seu meio de existência. Em seu lugar pode aparecer, quando muito, um resumo dos resultados mais gerais, que se deixam abstrair da consideração do desenvolvimento histórico dos homens. Estas abstrações, separadas da história real, não possuem valor algum. Podem servir apenas para facilitar a ordenação do material histórico, para indicar a sequência de suas camadas singulares. Mas de forma alguma dão, como a filosofia, uma receita ou um esquema onde as épocas podem ser enquadradas.”  
(MARX; ENGELS, 1983, p. 38)

Além disso, Marx mantém a rejeição a toda concepção histórico-filosófica em seus escritos mais maduros (*Grundrisse*, *O Capital*, escritos sobre a Rússia, etc.). Ele se manifesta em termos muito próximos aos d' *A Ideologia Alemã* em carta, datada de 1877 e publicada em um jornal russo, cujo editor havia lhe feito justamente esse tipo de acusação. Marx refuta:

“Acontecimentos de uma surpreendente analogia, mas que ocorreram em meios históricos diferentes, levaram a resultados inteiramente distintos. Estudando cada uma dessas evoluções separadamente e comparando-as em seguida, encontraremos facilmente a chave deste fenômeno, mas nunca chegaríamos a ela como um *passe-partout* de uma teoria histórico-filosófica geral, cuja suprema virtude consiste em ser supra-histórica.” (*idem*, 1877, p. 167-168)

Nem mesmo se a unilinearidade em questão fosse reduzida à necessidade de uma “etapa” capitalista de desenvolvimento essa interpretação se sustentaria. Em diversos trechos de sua obra Marx diferencia o “revolucionamento da objetivação do trabalho” – incorporação, em geral, da ciência e da técnica ao processo de produção através da maquinaria e das novas formas de energia - da forma específica, alienada, em que essa incorporação ocorre sob o capital. É o que se pode observar nas passagens abaixo, retiradas dos *Grundrisse*:

“No entanto, se é somente na maquinaria e em outras formas materiais de existência do capital fixo, como ferrovias, etc., que o capital confere a si mesmo a forma adequada como valor de uso no interior do

processo de produção, isso de modo algum significa que esse valor de uso – a maquinaria em si – seja capital, ou que sua existência como maquinaria seja idêntica à sua existência como capital; Da mesma maneira que o ouro tampouco deixaria de ter o seu valor de uso como ouro quando não fosse mais dinheiro. A maquinaria não perderia seu valor de uso quando deixasse de ser capital. *Do fato de que a maquinaria é a forma mais adequada do valor de uso do capital fixo não se segue de maneira nenhuma que a subsunção à relação social do capital seja a melhor e mais adequada relação social de produção para a aplicação da maquinaria* (*idem*, 2011, p. 583, grifo nosso).

Mas, evidentemente, esse processo de inversão [alienação do trabalho objetivado nas máquinas, na forma social de capital - PGP] é uma necessidade meramente *histórica*, é uma necessidade para o desenvolvimento das forças produtivas tão-somente no quadro de um determinado ponto de partida histórico, ou de uma determinada base histórica; portanto, não é de modo algum uma necessidade *absoluta* da produção; ao contrário, é uma necessidade transitória, e o resultado e o fim (imaneente) desse processo é abolir essa própria base, assim como essa forma do processo. Os economistas burgueses estão tão encerrados nas representações de um determinado nível de desenvolvimento histórico da sociedade que a necessidade da *objetivação* das forças sociais do trabalho aparece-lhes inseparável da necessidade do *estranhamento* dessas forças frente ao trabalho vivo.” (*idem*, p. 706, grifos do original).

Além disso, no caso da discussão sobre a “via russa”, Marx aponta claramente a possibilidade de um desenvolvimento não-capitalista com a incorporação da ciência e da técnica ao processo produtivo, e um grande avanço na objetivação do trabalho a partir da comuna rural russa. É o que podemos ver na resposta de Marx aos marxistas russos sobre o tema:

“O estudo especial que fiz sobre ela (a comuna russa), e cujo material pesquisei em fontes originais, convenceu-me de que esta comuna é o ponto de apoio para a regeneração social na Rússia; porém, a fim de que ela possa funcionar como tal, primeiro seria preciso eliminar as influências deletérias que a assolam por todos os lados e, então, assegurar-lhe as condições normais de um desenvolvimento espontâneo.” (*idem*, 1881, p. 188)

Restariam, como apoio para a interpretação que atribui a Marx uma visão histórico-filosófica do desenvolvimento, apenas os trechos dos artigos

jornalísticos sobre a Índia, de 1853. Nesses, Marx faz alusão a uma dupla missão destruidora (da sociedade tradicional asiática) e regeneradora (de uma sociedade capitalista) da expansão capitalista britânica (*idem*, 1979; 1961, I, p. 286-291 e p. 292-297).

Ainda que se admita que nesses trechos Marx expressou, de alguma forma, esse tipo de visão, também será necessário notar que nos artigos de 1853, ao atribuir a necessidade do desenvolvimento e da industrialização da Índia às contradições da própria dominação, a uma decorrência da “missão destruidora”, o autor já expressa outra concepção, ainda embrionária. Uma concepção que se esforça por explicar a realidade através da própria realidade e não de conceitos introduzidos artificialmente, de cunho “filosófico”. No entanto, para se efetivar, esta análise materialista precisaria ter como ponto de partida uma categoria material,<sup>9</sup> desenvolver-se em base a uma teoria do modo de produção capitalista e abrir ainda espaço para as determinações mais concretas, o que não ocorre no caso dos artigos de 1853. Aqui a análise do real ainda está subordinada ao conceito “filosófico” - a noção de “missão histórica civilizatória” - a uma teoria histórico-filosófica geral, a um *passe-partout*, que se manifesta na subordinação da ação humana à “História”. Marx ainda tem um ponto de partida filosófico-idealista, cujo resultado é uma subordinação da análise do real à concepção idealista. Essa análise, por mais materialista que seja, está a serviço de comprovar a ação por vias tortuosas das forças da “História”. A contradição se resolve de forma provisória nos artigos de 1853, com um retorno

---

9 A superação desse tipo de contradição idealista por Marx pressupõe buscar na própria realidade material, não só a teoria, mas também o ponto de partida e o próprio método adequado ao objeto (o que de forma alguma ocorre com esses textos de 1853). Somente com essa “ontologização” do método (KOSIK, 1986, p. 87), seria possível escapar das determinações advindas da própria concretude, de suas representações ideológicas, que Marx chamaria de mistificadoras, ou nas palavras de Kosik, expressões de uma *pseudo-concreticidade* (*idem, ibidem*, p. 88).

a uma espécie de *hegelianismo*, ainda que profundamente modificado, no qual o “progresso” ocupa o lugar da “Ideia”.<sup>10</sup>

Cabe aí, por analogia, o que diz Mandel sobre a noção de alienação “antropológica” dos manuscritos econômico-filosóficos de Marx escritos em 1844. Noção essa que seria superada pela noção histórica da alienação desenvolvida posteriormente, em especial no primeiro capítulo de *O Capital*:

“Trata-se, precisamente, de uma transição, do jovem Marx, da filosofia hegeliana e feuerbachiana para a elaboração do materialismo histórico. Nessa transição, elementos do passado combinam-se, necessariamente, com elementos do futuro. Marx aí combina, à sua maneira, isto é, modificando-os profundamente, a dialética de Hegel, o materialismo de Feuerbach e as determinações sociais da Economia Política. Essa combinação não é coerente. Não cria um novo ‘sistema’, uma nova ‘ideologia’. Oferece fragmentos esparsos que encerram contradições.”  
(MANDEL, 1968, p. 162)

Segundo Mandel, Marx teria chegado cedo à conclusão da insuficiência da crítica da filosofia política de Hegel para entender a “anatomia da sociedade burguesa” (*idem, ibidem*, p. 21), o que só seria possível a partir de uma apropriação crítica dos grandes economistas (*idem, ibidem*, p. 29). Essa apropriação foi iniciada por Marx com os seus *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de 1844, em *A Sagrada Família* e *A Ideologia Alemã*, ambos de 1845.

Nesses primeiros estudos de Marx, no entanto, ainda estão presentes contradições importantes. Exemplo dessas contradições, já assinalado por Rubin (1981, p. 71), é a passagem da negação da teoria *ricardiana* do valor-trabalho em 1845 (nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* e em *A Sagrada Família*), época em que Marx considerava que com o “cinismo da economia nacional” aumentava com as ideias de Ricardo, até sua aceitação e defesa contra

---

10 Nesse sentido, não se trata de coincidência a adoção desses textos como a referência sobre a posição de Marx sobre os países coloniais e subdesenvolvidos pelo estalinismo no poder na URSS, que conforme aponta Lefebvre buscou construir como ideologia oficial um “neo-hegelianismo, uma filosofia de Estado e uma filosofia do Estado, suposto resultado final da filosofia da história e da história da filosofia [...]. Reduzia a história à gênese desse Estado: o que significa que há no estalinismo um historicismo neo-hegeliano, apresentado em nome da ‘inversão’ do hegelianismo” (LEFEBVRE, 1979, p. 3-4).

os críticos em 1847, em *A Miséria da Filosofia* (MARX, 2004, p. 100 e 142-143; MARX, 1982a). Essa defesa evoluiria, posteriormente, para uma reformulação da teoria do valor sobre a qual seria erguida toda a teoria sobre o funcionamento do capital, presente em *O Capital*. De acordo com Mandel, a transição de Marx para sua própria teoria do valor só estará completa em 1857 nos *Grundrisse*<sup>11</sup> e será exposta (publicada) pela primeira vez na *Contribuição à crítica da economia política* de 1859 (MANDEL, 1968, p. 82-103; MARX, 2011; 1971).

A superação de forma definitiva das contradições presentes nos artigos de 1853, bem como da teoria histórico-filosófica viria com o desenvolvimento do método para a crítica da economia política a partir dos *Grundrisse* em 1857-59, e que culmina com *O Capital*. O método da economia política de Marx, e a crítica efetiva constante de *O Capital* são a efetivação da superação do método hegeliano que Marx buscava desde 1845, do ponto de vista da análise da sociedade capitalista. De qualquer forma, identificar um objetivo e um caminho ainda não é o mesmo do que efetivamente percorrê-lo: “Entre este motivo da crítica e o conteúdo eficaz desta, há um mundo de diferença, para o qual o próprio Marx atraiu a atenção” (MANDEL, 1968, p. 170).

É evidente, entretanto, que Marx já havia chegado, desde obras como *A Ideologia Alemã* (MARX e ENGELS, 1982) e *A miséria da filosofia* (MARX, 1982a), de 1845 e 1847, à conclusão de que o caminho para a compreensão da realidade, e sua transformação, não poderia partir de algum “mundo das ideias”, mas da própria realidade. O autor já havia identificado a necessidade do giro da “filosofia” para a crítica da economia política. Assim, não é possível sustentar que Marx, mesmo nesses escritos, fosse partidário da mesma “filosofia da história” cuja demolição era, em última instância, o seu grande objetivo.

Por outro lado, diante da análise feita acima, também não parece adequada a formulação do tema feita pela tese da “mudança” radical após os anos 1850. Em geral, as distintas versões dessa tese terminam por atribuir a Marx uma

---

<sup>11</sup> Mandel (1968, p. 82-103) ressalta ainda que mesmo nos *Grundrisse* ainda existiam trechos que seriam posteriormente desenvolvidos de forma diferenciada por Marx em *O Capital*, sendo o mais relevante deles a teoria da mais-valia (refinamento da distinção entre trabalho e força de trabalho).

concepção de desenvolvimento de uma teoria da história caracterizada como “multilinear”. Isto, em si, não diz muita coisa a respeito do que seria efetivamente a noção marxiana de desenvolvimento. Ao defensor de uma noção “multilinear” da história, poder-se-ia responder, com Marx: tão multilinear quanto possível, dadas as condições concretas. É o que Marx afirma em sua famosa passagem de *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; contudo não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011a, p. 25).

Entretanto, quando por “multilinear” busca-se negar, junto com o unilinearismo e a filosofia da história, a existência de determinações advindas da reprodução social, de limitações materiais para as possibilidades de desenvolvimento colocadas em cada momento histórico concreto, ou mesmo ignorar a possibilidade de apreensão das leis internas dos distintos modos de produção e de distintos níveis de desenvolvimento nas diferentes formações sociais, então, conforme visto acima, também se está afastando da teoria da história e da noção de desenvolvimento presente na obra de Marx. Todos esses elementos apontam fortemente no sentido de que o mais provável é que nesse ponto específico tenham razão autores como Sayer e Corrigan (1987) e Carcanholo e Augusto (2013), e que *apesar das contradições iniciais, Marx nunca tenha tratado o tema com um evolucionismo que implicasse numa visão histórico-filosófica e unilinear do desenvolvimento*.<sup>12</sup>

---

<sup>12</sup> O aspecto do peso *hegeliano* nestes escritos e sua superação por Marx já foi indicado por autores como Aricó (1980, p. 107) e Bianchi (2010, p. 178).

## A possibilidade de um subdesenvolvimento especificamente capitalista

A visão unilateral da expansão capitalista e a igualação do subdesenvolvimento a alguma forma de atraso não encontra sustentação, nem mesmo se considerando apenas as análises concretas feitas por Marx. Em diversos momentos, o autor aponta diferenças qualitativas e percebe consequências completamente diferentes, e mesmo opostas, da expansão capitalista em distintos países. Embora a análise de Marx sobre a Irlanda feita em *O Capital* seja a mais detalhada nesse sentido, são vários os escritos onde ele trata especificamente de processos de expansão capitalista que não corresponderiam às visões de progresso na forma europeia, mostrando essa expansão como um processo desigual e cheio de contradições.

Marx analisa vários casos onde a expansão das relações de produção capitalista não leva ao surgimento de um capitalismo de tipo industrial, como havia ocorrido na Inglaterra - caso da Irlanda, Polônia, Índia, sul dos Estados Unidos, etc. Como abordam as passagens abaixo, extraídas de *O Capital*:

“A população toda de tal região, como por exemplo, Michigan, está de início ocupada quase exclusivamente com a agricultura, sobretudo com a de produtos de massa, os únicos que pode trocar por mercadorias industriais e produtos tropicais. Todo o seu produto excedente aparece, por isso, na forma de grãos. Isso distingue, de antemão, os Estados coloniais criados com base no moderno mercado mundial em face dos antigos, especialmente os da época antiga. Recebem já prontos, através do mercado mundial, produtos que, sob outras circunstâncias, eles próprios teriam de produzir: vestuário, ferramentas, etc. Só com base nisso é que os Estados do Sul da União puderam fazer do algodão seu produto principal. A divisão do trabalho no mercado mundial permite-lhes isso.” (MARX, 1983, III-2, p. 162-163)

“Cria-se uma nova divisão internacional do trabalho, adequada às principais sedes da indústria mecanizada, que transformam parte do globo terrestre em campo de produção preferencialmente agrícola para o outro campo preferencialmente industrial.” (*idem*, I-2, p. 63-64)



A afirmativa de que o capitalismo funcionaria do mesmo modo, seja quais fossem as condições de seu estabelecimento, é diretamente contrariada por Marx em outro momento em que o autor trata dessas características específicas do subdesenvolvimento. Em carta a N.F. Danielson, de 1879, Marx afirma que nos países onde “a indústria moderna estava mais desenvolvida”, as ferrovias foram não apenas os meios de transporte mais adequados à produção industrial, mas também “a base de imensas sociedades anônimas, formando ao mesmo tempo um novo ponto de partida para todos os outros tipos de sociedades por ações, a começar pelas empresas bancárias” e que deram “um impulso nunca antes visto de concentração do capital, e também para a atividade cosmopolita acelerada e imensamente ampliada do capital bancário, abrangendo assim todo o mundo em uma rede de burla financeira e endividamento” (MARX, 1965, p. 317). Mas, por outro lado, nos países secundários, onde anteriormente o capitalismo “estava confinado a poucos setores da sociedade”, as ferrovias promoviam um crescimento capitalista desproporcional ao seu “corpo social” nas áreas exportadoras:

“Em geral, as ferrovias deram, é claro, um imenso impulso para o desenvolvimento do comércio exterior, mas o comércio em países que exportam produtos principalmente primários aumentou a miséria das massas. Não apenas o novo endividamento, contraído pelo governo por conta das ferrovias, aumentou o volume de tributos que pesam sobre o povo, mas a partir do momento em que cada produto local passa a poder ser convertido em ouro cosmopolita, muitos artigos anteriormente baratos, porque invendíveis em certo grau, tais como frutas, vinho, peixes, carne, etc, tornaram-se demandados e foram retirados do consumo do povo, enquanto por outro lado, a produção em si, quero dizer, o tipo específico do produto, foi alterado de acordo com a sua maior ou menor suscetibilidade para exportação, enquanto que anteriormente era principalmente adaptado para seu consumo *in loco*. [...]. Todas as mudanças foram muito úteis para o grande proprietário de terras, o usurário, o comerciante, para as ferrovias, os banqueiros e assim por diante, mas muito tristes para o produtor real!” (*idem*, p. 318).

Em resumo, o que Marx está afirmando é que a instalação de ferrovias nos países sem uma indústria desenvolvida - em especial no caso dos países exportadores de produtos primários - acaba tendo como consequência a

aceleração da subordinação da economia desses países à lógica da exportação ou, em outras palavras, aos processos de acumulação de capital das economias industrializadas que compram estes produtos. Ainda que favorecesse o comércio exterior, fosse útil para os comerciantes, banqueiros e para as próprias companhias ferroviárias, levava à “miséria das massas”, à “retirada dos produtos do consumo local”, e ao “prejuízo para os produtores”. Aqui já existe a indicação de uma diferenciação entre os países “líderes do capitalismo” e aqueles “que exportam principalmente produtos primários”, e uma diferenciação qualitativa, onde o mesmo processo – a instalação de ferrovias – leva a resultados opostos.<sup>13</sup>

Por outro lado, os dois trechos da obra de Marx exhaustivamente usados como suposta comprovação da interpretação difusionista, as passagens do *Manifesto Comunista* (MARX; ENGELS, 1961, I, P. 13-47) que apontam no sentido de uma tendência à expansão do capital e das relações capitalistas de produção; e o trecho do prefácio à primeira edição de *O Capital* onde Marx afirmaria, referindo-se especificamente à Alemanha, que “o país desenvolvido não faz mais do que representar a imagem futura do menos desenvolvido” (MARX, 1983, I-1, P. 12), considerando-se o exposto até aqui, tampouco oferecem bases para essa interpretação.

N’O *Manifesto Comunista*, o aspecto mais ressaltado do ponto de vista da questão do desenvolvimento é a atribuição de uma característica, aparentemente inerente ao modo de produção capitalista, a de revolucionar as relações sociais de produção (MARX; ENGELS, 1961, I, P. 24). Essa tendência de expansão das relações sociais de produção capitalistas, relacionada ao surgimento da grande indústria, é uma característica que levaria esse modo de produção a se tornar o primeiro na história da humanidade a abarcar todo o globo em seu interior:

---

13 Salta aos olhos a diferença em relação aos textos de 1853 sobre a Índia, nos quais Marx prevê que a instalação de ferrovias levaria, inevitavelmente, ao desenvolvimento de um capitalismo industrial indiano (MARX, 1961, I, P. 295). Em uma carta de 19 de fevereiro de 1881, Marx seria ainda mais direto ao afirmar que as ferrovias na Índia foram inúteis para os indianos (MARX, 1965, P. 337).

“Devido ao rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e ao constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização mesmo as nações mais bárbaras. Os baixos preços de seus produtos são a artilharia pesada que destrói todas as muralhas da China e obriga a capitularem os bárbaros mais tenazmente hostis aos estrangeiros. Sob pena de morte ela obriga todas as nações a adotarem o modo de produção burguês, constringe-as a abraçar o que ela chama civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança.” (*idem*, p. 24-25)

Os autores que defendem a interpretação difusionista têm identificado nessas linhas uma visão otimista de Marx no que diz respeito às possibilidades do desenvolvimento capitalista em todo o globo.<sup>14</sup> Entretanto, o conteúdo d’*O Manifesto*, por si, não parece permitir tal interpretação. Marx e Engels estão afirmando a tendência, presente no modo de produção capitalista, de abarcar todo o mundo em seu interior, “revolucionando”, destruindo os modos de produção precedentes. Daí não decorre, necessariamente, que essa adoção do modo de produção capitalista venha a se dar através do desenvolvimento de um capitalismo industrial e de uma indústria moderna de forma similar ao capitalismo industrial inglês. Em outros termos, o “mundo à sua imagem e semelhança”, sem afirmar (necessariamente) um desenvolvimento (qualitativo) de forças produtivas por todo o mundo, poderia referir-se à expansão, em termos espaciais e quantitativos, das relações de produção capitalistas. Isto não significa o mesmo que um nivelamento dos patamares de desenvolvimento, *a não ser que se iguale, como pressuposto, a noção de desenvolvimento ao avanço das relações capitalistas*. A hipótese de que essa tenha sido a opinião de Marx é justamente o que é questionado nesse trabalho.

O mesmo ocorre em relação ao prefácio de *O Capital*. Enquanto a expansão das relações de produção capitalistas em países como a Alemanha tendia a desenvolver um capitalismo com características semelhantes ao inglês (MARX, 1983, I-1, p. 12), a tendência colocada pelo avanço do capital em países como a Irlanda era a de tornar-se “pastagem de ovelhas e gado para a Inglaterra” (*idem*,

---

14 Por exemplo, Mclellan (1998, p. 276) e Fiori (2000, p. 18-19).

I-2, p. 259). Nota-se, adicionalmente, que as duas tendências apontadas por Marx, para Alemanha e Irlanda, estão presentes no mesmo livro I de *O Capital*, de modo a afastar qualquer interpretação que aponte uma “mudança radical” de posição entre elas, do ponto de vista cronológico.

### O método da crítica da economia política de Marx e o tema do desenvolvimento

Por fim, o último aspecto, que é a recusa constante na interpretação difusionista de Marx de qualquer possibilidade da utilização da teoria social conforme elaborada em *O Capital* para a análise dos temas relacionados ao desenvolvimento. Essa negação não corresponde, de forma alguma, ao método encontrado pelo autor para sua crítica da economia política, explicitado por Marx na chamada “introdução geral” de 1857 (*idem*, 2011, p. 54-61).

Segundo Marx, ao analisar a realidade concreta (aspectos como a população, divisão em classes, desenvolvimento, etc), o que se pode observar é um “todo caótico”, do qual qualquer análise que seja feita já parte de pressupostos, de construtos do pensamento. Por isso, o conhecimento científico do real não pode se resumir a estabelecer relações gerais entre esses construtos, completamente determinados por pressupostos “pré-científicos” do sujeito da análise.

Marx afirma que “o concreto é o concreto porque é a síntese de múltiplas determinações, a unidade do diverso”. Para reconstruir o concreto no pensamento é necessário primeiro entender os aspectos mais simples que determinam que ele seja como é, “as determinações mais abstratas”, ou seja, onde estão ausentes outras determinações, secundárias ou eventuais (caminho do concreto real ao abstrato).

Neste ponto mais abstrato, através da análise, é possível estabelecer suas relações gerais, suas tendências (leis internas) e compreender suas

contradições.<sup>15</sup> Essas formas mais simples de representação do real, mais abstratas, suas contradições e leis internas formam então um novo ponto de partida, do qual se buscará agora reconstruir o concreto no pensamento (concreto pensado) através do desenvolvimento dessas tendências e contradições internas (caminho do abstrato ao concreto), buscando reproduzir as sínteses históricas por elas produzidas. O *quantum* deste caminho de reconstrução foi efetivamente percorrido numa análise, no sentido da reconstrução mental da totalidade, é demonstrado pelo *quantum* de aspectos e contradições e sínteses do real que foram adicionados, desenvolvidos nessa análise, sempre a partir das determinações das relações e leis mais abstratas.

No caso da sociedade capitalista, a aplicação desse método é possível devido às características do objeto (o objeto determina o método). Em sua forma mais abstrata (a mercadoria) já é possível a conclusão de que uma das características fundamentais do capital seria a auto-expansão (valor que se valoriza), e a tendência a submeter à sua lógica todos os aspectos da vida social. Tendência essa que apenas a análise histórica pode confirmar.

Marx parte da análise do objeto em seu nível máximo de abstração - da mercadoria, uma categoria da realidade, para o capital em geral - para ir progressivamente reconstruindo a realidade concreta no pensamento (*idem, ibidem*, p. 54-55). Essa reconstrução, conforme ressaltado por Marx em famosa carta a L. Kugelman, de 11 de julho de 1868, teria como *objetivo explicar a realidade concreta a partir das leis internas do objeto descobertas nos níveis mais abstratos da análise* (MARX e ENGELS, 1961, vol. 3, p. 261) e se materializaria na exposição na seguinte ordem: capital em geral, propriedade fundiária e trabalho

---

15 Não basta alcançar qualquer abstração, é preciso fazer uma abstração certa. Marx ressalta esse aspecto, que se deve ao fato de que as tendências presentes em formas simples (em um determinado momento histórico-concreto) podem se efetivar ou ser negadas, sobrepostas por outras tendências. A reconstrução do real no pensamento depende de que se descubra quais as tendências fundamentais mais abstratas que, histórica e logicamente, determinaram que o real fosse como ele é. Isso só pode ser determinado ao final da análise, caso ela permita compreender e explicar o real de forma satisfatória. “Satisfatória” aqui pode significar duas coisas: ou a reconstrução “lógica” coincide com o processo histórico (i.e., as tendências se confirmam), ou, ainda que não coincidindo, esta não-coincidência é explicada (é necessária) dadas as demais determinações do processo histórico (MARX, 2011, p. 56).

assalariado; Estado; comércio exterior; mercado mundial e crises (MARX, 2011, p. 61; 1971, p. 27).

Nos três livros de *O Capital*, além do exposto acima Marx trata a sociedade capitalista como um todo.<sup>16</sup> Primeiro o capital é considerado como um todo (o capital em geral), para que seja compreendido o seu processo de produção. Depois, Marx analisa a dinâmica do capital, sua processualidade, ao que chama de processo de circulação. Por fim, Marx busca uma síntese dialética da análise dos dois processos anteriores,<sup>17</sup> em um nível um pouco mais concreto de abstração, no qual são analisadas as relações entre os distintos capitais (o processo de produção do capital como totalidade), chegando às categorias mais concretas de sua teoria.

A abordagem do tema do desenvolvimento, caso se opte por seguir o caminho trilhado por Marx, não só poderia, mas deveria necessariamente decorrer destas categorias descobertas em *O Capital*. Assim, não se pode basear, senão em uma incompreensão do método do autor, a recusa presente entre os difusionistas da utilização dessas categorias, em especial da teoria do valor.

Conforme apontado recentemente por Pradella (2013), Marx não analisa, em *O Capital*, uma economia nacional ou um modelo abstrato de sociedade capitalista. O objeto de Marx, o modo de produção capitalista, era um sistema em expansão que polarizava o mundo, centrado (naquele momento) na expansão do capitalismo industrial britânico (PRADELLA, 2013, p. 210-215). É preciso, entretanto, estar ciente dos limites de cada abstração.

---

16 Para um panorama das polêmicas relacionadas aos planos de Marx e as questões metodológicas em torno desses, ver Rosdolsky (2011, p. 27-60). Rosdolsky mostra que, apesar de algumas mudanças na organização externa da exposição, Marx manteve até o fim de sua vida a linha fundamental deste plano. A posição sobre esse ponto, aqui expressa, reproduz em linhas gerais, além da interpretação de Rosdolsky (2011), também as de Kosik (1986) e Mandel (1982). Uma demonstração detalhada desse aspecto pode ser vista em De Paula (2014a, p. 125-141).

17 Essa síntese busca reconstruir o que, historicamente, foi a síntese entre as esferas da produção e da circulação operada com o surgimento do modo de produção capitalista. Marx, entretanto, trata desde o início do modo de produção capitalista, apenas alternando os graus de abstração.

Nos trechos em que analisa o processo de produção de um ponto de vista mais abstrato (caso do livro I), Marx trata do capital como um todo - como se todos os capitais fossem um - e, por isso, considera adequada uma abstração que “desconsidere o comércio exterior” e considere “o mundo todo como uma nação, pressupondo que a produção capitalista se estabeleceu por toda parte e apoderou-se de todos os ramos industriais” (MARX, 1983, I-2, p. 164).

Entretanto, ao descer um pouco o nível de abstração (caso do livro III), ao analisar as relações entre os distintos capitais, a adoção desse tipo de pressuposto deixa de ser aceitável, pois nesse caso se trataria de um pressuposto externo ao real, e não ontológico. Tanto que, ao tratar do comércio internacional como contra-tendência à queda da taxa média de lucros, o autor trabalha claramente com taxas médias nacionais de lucros (*idem*, III-1, p. 180-181). Aqui é necessário notar que quando Marx escreveu *O Capital*, não havia ainda se formado um mercado mundial dominado pela indústria, ou seja, onde “reinaría” a subsunção da produção ao capital.

Como já fora apontado por Mandel, Marx, em sua época, considerava que o mercado mundial ainda era dominado pelo capital comercial, principalmente devido à importância que tinham então os chamados *faux frais* da circulação (os custos de transporte e armazenamento das mercadorias, etc) (MANDEL, 1982, p. 32). A superação dependeria do aumento no nível de desenvolvimento técnico da produção, que viesse a tornar estes custos menos relevantes, permitindo a ultrapassagem definitiva da produção pré-capitalista. O surgimento de um mercado mundial, controlado pela indústria, corresponderia a um momento no qual ocorreria a formação de uma taxa média de lucros entre os setores produtivos do ponto de vista internacional, e a partir daí as movimentações de capitais passariam a ser explicadas pelas oscilações das taxas de lucros. A previsão de tal mercado mundial decorreria da tendência auto-expansiva do capital e, assim como a tendências à concentração e à centralização do capital e ao aumento de sua composição orgânica, seria uma de suas tendências fundamentais (MARX, 1983, III-1, p. 200 e p. 250)<sup>18</sup>

---

18 Ver também a nota de Engels no livro III de *O Capital* sobre o tema (MARX, 1983, III-2, p. 28).

Aqui se torna possível perceber mais um ponto de divergência entre a interpretação difusionista e as tendências internas do capital apontadas por Marx. Enquanto o autor considerava a “economia nacional” como uma totalidade provisória do capital (ou “unidade de análise”, cuja principal tendência apontava no sentido de sua superação), os difusionistas, mesmo estudando o fenômeno mais de um século depois, consideram-na como um pressuposto, e não oferecem qualquer demonstração de sua adequação<sup>19</sup>. Além de desconsiderarem essa e outras tendências internas fundamentais do capital em suas análises (concentração e centralização, aumento da composição orgânica, etc.), eles se apegaram à uma tendência de nivelamento regional (ou de “convergência” entre as economias nacionais) que é completamente externa à teoria do valor de Marx.

Apenas uma análise detalhada da formação e do desenvolvimento histórico do mercado mundial como totalidade do capital permitiria compreender de que forma as leis de tendência descobertas nos níveis mais abstratos se expressam neste nível mais concreto, especificando as contradições deste processo e apontando assim as mediações que seriam necessárias para explicar estas contradições (incluindo as contradições entre as tendências percebidas nos níveis mais abstratos e suas manifestações concretas).<sup>20</sup> Para Marx a dificuldade

---

19 Shaikh (1991, p. 215) demonstra de forma inequívoca que uma tendência de nivelamento inter-setorial das taxas de lucro, prevista por Marx, não determina nenhuma tendência ao seu nivelamento regional (ou nacional). Marini (1973, p. 152; 1973a, p. 187) também parece compreender que a formação de uma mediação internacional para os preços de produção como independente da equalização das taxas de lucro sobre qualquer base “nacional”. No entanto, embora ausente da teoria do valor de Marx, é possível perceber este tipo de tendências de convergência tanto em teorias ricardianas (e similares) do comércio internacional, bem como em teorias neoclássicas de “equilíbrio”.

20 Embora este ponto não possa ser desenvolvido aqui, essas considerações permitiriam “absolver” Lênin da acusação que Pradella (2013, p. 122) lhe dirige ao afirmar que ele teria permanecido preso numa leitura “nacional” de *O Capital*. A polêmica que Lênin desenvolve contra Kautsky nas linhas de seu *Imperialismo*, dentro das limitações de um “pamphlet”, tem precisamente o objetivo de mostrar a fase em que se encontra o capitalismo na transição do século XIX para o século XX, com todas as suas características específicas, como uma decorrência das leis internas do Capital, no sentido de uma concretização internacional de suas tendências. Kautsky é quem defende que do ponto de vista “meramente econômico” as coisas poderiam se dar de outra forma, e que as mazelas do imperialismo teriam uma origem essencialmente “política”.



consiste precisamente em compreender este tipo de contradição. Estas, tão logo especificadas, poderiam ser explicadas (*idem*, 2011, p. 63).

## Conclusões

As principais afirmativas da tese difusionista no que diz respeito ao desenvolvimento da sociedade em um nível mais abstrato, como a atribuição a Marx de uma filosofia da história de cunho hegeliano e de uma visão unilinear do desenvolvimento (em suas distintas formulações) não correspondem de forma alguma ao que poderia ser considerado uma teoria da história de Marx. Essa interpretação atribui ao autor uma posição histórico-filosófica e unilinear rejeitada por ele já nos anos 1840. Ao contrário, Marx em diversos momentos formula uma noção de desenvolvimento não-linear e muito mais “contemporânea” do que o observado por seus críticos.

Viu-se, também, que as tentativas de apontar uma ruptura do autor com um suposto “paradigma” de sua juventude na verdade não foram capazes de apreender de fato qual foi a noção de desenvolvimento com a qual Marx trabalhava, atribuindo ao autor toda uma gama de posições que poderiam colocá-lo, em alguns casos, entre os atuais pensadores da pós-modernidade. A percepção um tanto vaga de uma concepção “multilinear” da história, levada às últimas consequências, poderia chegar à negação de qualquer tipo de progresso no desenvolvimento das sociedades humanas. Além disso, essa interpretação encontra problemas adicionais para se sustentar se consideramos que já em 1844 o autor rejeita a concepção histórico-filosófica do desenvolvimento da sociedade.

No que diz respeito às sociedades em geral (“pressupostos trans-históricos”), Marx tem uma noção de desenvolvimento que não corresponde a qualquer tipo de evolução linear. Já n’*A Ideologia Alemã* o autor afirma uma visão do desenvolvimento bem mais complexa, que leva em conta o grau de desenvolvimento qualitativo das forças produtivas (novos setores da indústria) e a sofisticação da divisão de trabalho interna tornada possível por este

desenvolvimento, ou seja, o grau de socialização da reprodução da existência humana:<sup>21</sup>

“As relações entre umas nações e outras dependem do estado de desenvolvimento em que se encontra cada uma delas no que concerne às forças produtivas, à divisão do trabalho e ao intercâmbio interno. Tal princípio é em geral reconhecido. Entretanto não apenas a relação de uma nação com outras, mas também toda a estrutura interna desta mesma nação, dependem do grau de desenvolvimento de sua produção e de seu intercâmbio interno e externo. O quanto as forças produtivas de uma nação estão desenvolvidas é mostrado de maneira clara pelo grau de desenvolvimento da divisão do trabalho. Na medida em que não se trata de simples extensão quantitativa de forças já conhecidas (arroteamento de terras, por exemplo), cada nova força produtiva tem como consequência um novo desenvolvimento da divisão do trabalho.”  
(MARX; ENGELS, 1982, P. 28-29)

No que diz respeito à teoria do desenvolvimento capitalista (teoria do capital), a interpretação difusionista buscou atribuir a Marx uma visão unilateral da expansão capitalista, na qual toda e qualquer forma de subdesenvolvimento seria necessariamente uma reminiscência perene de modos de produção pré-capitalistas. Para que tal interpretação fosse possível, excluiu-se qualquer possibilidade de aplicação da teoria crítica da economia política, elaborada por Marx em *O Capital*, aos países e regiões subdesenvolvidos, por serem “insuficientemente capitalistas”. O autor, ao contrário, percebeu com clareza que a expansão do capital era um processo contraditório que, em diversos casos, expressou-se no que seria atualmente chamado de subdesenvolvimento. Além disso, no tocante à aplicação da teoria marxiana ao desenvolvimento, aquilo que para os críticos difusionistas de Marx se tratava de uma incompatibilidade, o próprio explicitou em seus escritos metodológicos tratar-se apenas de um problema de diferentes graus de abstração, e que se sua teoria contida em *O Capital* trata do objeto de estudo em um nível de abstração mais alto, a análise dos temas relacionados ao desenvolvimento deveria

---

21 Corresponde em grande medida a esta descrição aquela encontrada na obra de G. Lukács (2009, p. 237-238).

necessariamente buscar explicar os processos concretos de desenvolvimento (e subdesenvolvimento) a partir dessas categorias e leis descobertas nos níveis mais abstratos. Assim, em linhas gerais, poder-se-ia afirmar que uma abordagem marxiana do desenvolvimento coerente com o método ontológico de sua crítica da economia política deve necessariamente se fundamentar na teoria do valor e nas demais categorias constantes em *O Capital*. Tal abordagem, considerando-se a ocorrência da formação de um mercado mundial dominado pela grande indústria capitalista, teria como objetivo explicar como a operação da lei do valor sobre a economia mundial resulta na sua situação concreta, ou seja, o objetivo seria obter uma *concretização internacional da teoria marxiana do valor*.

Embora não seja possível desenvolver essa discussão aqui, os autores marxistas do século XX que buscaram este tipo de concretização internacional da lei do valor parecem ter seguido dois caminhos fundamentais, ambos cobertos com diferentes graus de coerência dentro da teoria marxiana: o primeiro considerou a existência de um mercado mundial dominado pela indústria, ou seja, considerando a teoria dos preços de produção de Marx como uma abstração aceitável para a economia mundial, o que significa dizer que seria capaz de explicá-la;<sup>22</sup> o segundo considerou a existência de algum tipo de bloqueio que impede a realização deste mercado mundial “capitalista”, colocando a necessidade de uma teoria do valor “internacionalmente ajustada” para explicar o seu desenvolvimento.<sup>23</sup>

A recusa da “aplicação” da teoria social constante em *O Capital* ao tema do desenvolvimento permitiu, entre outras coisas, que se considerasse o “nivelamento” dos patamares de desenvolvimento dos distintos países como a previsão teórica decorrente da tendência à auto-expansão do capital (valor que

---

22 Parecem se enquadrar aqui as obras de Marini (1973) e Shaikh (1991). Emmanuel (1972) e Amin (1974) também assumem a existência de uma mediação internacional para os preços de produção, mas a determinação básica da economia global é, para eles, de natureza política, portanto externa às tendências fundamentais do capital.

23 Os principais trabalhos deste tipo parecem ser os de Dashkovskij (1927), Matsui (1970) e Mandel (1976).

se valoriza). No entanto, o exame atento da teoria contida na principal obra de Marx revelaria que *as principais tendências deste processo são a concentração e centralização do capital, o aumento de sua composição orgânica e a formação de um mercado mundial submetido à grande indústria capitalista como sua totalidade concreta* (MARX, 1983, III-1, p. 199-200 e p. 250), não havendo qualquer previsão de tendência no sentido de qualquer nivelamento regional do desenvolvimento dentro desta totalidade em formação.

Já no âmbito dos postulados da interpretação da mudança radical, é fato que existe uma evolução das posições de Marx e que só a partir de certo ponto o “subdesenvolvimento” (capitalista) aparece como algo distinto do mero “atraso”. Entretanto, ao ver aqui uma “ruptura radical” essa interpretação ignora que a teoria de Marx sobre o capital só foi elaborada a partir de 1857-58. Falta, nessa interpretação, um tratamento adequado do papel da teoria constante de *O Capital* no que seria uma noção de desenvolvimento do autor. Como imaginar uma teoria de Marx sobre o desenvolvimento capitalista fora da teoria do valor, da mais-valia, da acumulação? Por mais importantes que tenham sido as análises de Marx sobre casos concretos de subdesenvolvimento capitalista, o mero assinalar dessas como justificativa para apontar uma suposta mudança radical para uma posição que não se pode definir qual seja, termina por permitir uma desconsideração da teoria marxiana do capital, assim como fariam os difusionistas.

É interessante notar que, em relação a esse último aspecto, a mesma crítica serve também para a posição de Baran e para a corrente que o seguiu. Esse autor produz sua análise do tema do desenvolvimento calcado no papel do *capitalismo monopolista de Estado*, conforme analisado por Preobrajensky, seu

antigo professor em Moscou (HOWARD; KING, 1989, v. 2, p. 114).<sup>24</sup> Baran parte desta formulação para excluir completamente a teoria do valor-trabalho da análise do desenvolvimento (assim como fariam os neo-ricardianos). Assim, o autor busca elaborar seu próprio conceito de excedente e, partindo deste, constrói sua Economia Política do Desenvolvimento (BARAN, 1977). Baran só precisa construir uma teorização “específica” para o desenvolvimento devido ao seu afastamento da teoria marxiana do valor.

Essa noção de que a redução da concorrência, a formação de monopólios e a participação estatal nas economias capitalistas “substituiriam” a lei do valor, ou reduziriam a aplicabilidade da teoria do valor não tem, ressalte-se, qualquer fundamento à luz da obra de Marx,<sup>25</sup> mas acabou tendo uma grande repercussão no debate marxista após os anos 1950. Seu principal ponto de afastamento de uma perspectiva marxiana é o enfraquecimento do elo entre a teoria e sua fundamentação concreta no processo de reprodução social, ou seja, com o caráter ontológico possibilitado pela teoria marxiana do valor. Além disso, essa posição abre espaço para que as relações internacionais deixem de ser vistas como uma expressão das leis internas do capital.

Por fim, uma decorrência da análise feita aqui é a possibilidade de categorização de um tipo específico de expansão das forças produtivas e das

---

<sup>24</sup> Preobrajensky afirma que “o período mais favorável para a ação da lei do valor foi a época do capitalismo clássico, que precedeu a passagem para a etapa imperialista” e que a “livre concorrência foi suprimida e a ação da lei do valor quase inteiramente substituída pela planificação do capitalismo estatal” (PREOBRAJENSKY, 1979, p. 172 e 174). Obviamente, seria um erro igualar esta caracterização dos fatos de seu tempo feita por Preobrajensky (esteja ela certa ou errada) à construção de uma teoria alternativa à teoria marxista do valor, como foi feito por Baran e seus seguidores. Baran, no entanto, não foi o único a se afastar da teoria do valor de Marx. Outra corrente que se apropriou desta elaboração foi o estalinismo. A noção de capitalismo monopolista de Estado veio a se tornar um aspecto fundamental das posições “oficiais” de Moscou sobre o desenvolvimento capitalista e compôs, junto com o unilinearismo e o dualismo, o arsenal fundamental do “marxismo-leninismo” e dos partidos comunistas para a análise do desenvolvimento. Ver Kuusinen (1960, p. 64, 136-144 e 218).

<sup>25</sup> No que diz respeito aos monopólios, Marx faz uma apreciação que coloca em questão toda essa elaboração sobre uma nova fase do capitalismo “monopolista”, apontando que os monopólios também estão, em última instância, submetidos às mesmas leis que os capitalistas “concorrenciais” (MARX, 1983, v. III-2, p. 295-310). Neste sentido também opinam Mandel (1992, p. 58-59) e Shaikh (1991, p. 83-86).

relações sociais capitalistas nas regiões do mundo nas quais o principal motor da acumulação é o abastecimento de matérias primas para as economias industriais. Esse tipo específico, Marx identificou nos casos de Irlanda, Polônia, Índia, sul dos Estados Unidos, e chamou por vezes de regiões secundárias e dependentes, o que equivaleria ao que atualmente se chama de subdesenvolvimento. De qualquer forma, o mais relevante é que, independente do nome dado ao fenômeno, para Marx ele equivale a uma expressão da expansão contraditória do capital, sendo impossível conciliá-lo com as análises vistas e com qualquer concepção que atribua sua causa ao mero atraso, ou a insuficiente adoção de relações capitalistas de produção em dada região ou país.

Isso não significa, obviamente, a exclusão da possibilidade da existência de qualquer “atraso” relativo, no que diz respeito à expansão capitalista. Não se trata aqui de negar qualquer “articulação” dos modos de produção, mas de buscar compreender corretamente as determinações que são impostas pela expansão capitalista a qualquer articulação dela resultante. Sem dúvida, as tentativas de restrição do desenvolvimento desigual a algum tipo de atraso do ponto de vista desta expansão não encontram fundamento na obra de Marx.

A principal limitação das análises derivadas da interpretação difusionista é a possibilidade de mistificação do capitalismo, através da atribuição de um caráter absolutamente “progressista” que ele provavelmente nunca possuiu. Foi precisamente por isso que essa interpretação serviu tanto o estalinismo e sua visão de mundo neo-hegeliana, quanto àqueles marxistas que procuraram estabelecer um terreno comum com as teorias da economia do desenvolvimento.

Por outro lado, as análises derivadas de interpretação “multilinear” de Marx, especialmente aquelas mais próximas do pensamento pós-moderno, acabam por se recusar a discernir quaisquer determinações gerais colocadas pela expansão da produção capitalista, obscurecendo a sua influência sobre o desenvolvimento das formações sociais. Essas análises são, certamente, uma crítica ao caráter “eurocêntrico” do difusionismo. Entretanto, não produzem uma crítica para superar a ordem de coisas colocada pelo capital, mas para aceitá-la, obscurecendo as mesmas forças que impulsionam sua dinâmica e processualidade e abrindo espaço para compreensões equivocadas do processo.

O desenvolvimento é desigual e não-linear, mas é também, especialmente depois do surgimento do capitalismo e seu mercado mundial, um processo necessariamente combinado. A superação das tragédias humanas e dos males por ele produzidos dependerá de que a humanidade adquira a capacidade de tomar racionalmente seu controle, planejando seus resultados e substituindo sua forma capitalista atual para, ao mesmo tempo, aproveitar suas realizações. Para que isso ocorra, é fundamental entender o processo corretamente. Não contribuem para esse objetivo nem a mistificação do desenvolvimento, por um lado, nem sua obliteração por outro.

### Referências bibliográficas

- AMIN, Samir. *Accumulation on a World Scale: A critique of the theory of underdevelopment*. New York: Monthly Review, 1974, 2 v.
- ANDERSON, Kevin B. *Marx at the Margins: On Nationalism, Ethnicity, and Non-Western Societies*. Chicago: University of Chicago, 2010.
- ARICÓ, José. *Marx y América Latina*. Lima: CEDEP, 1980.
- AVINERI, Shlomo. Introduction. In: MARX, K. *Karl Marx on Colonialism and Modernisation*. Nova York: Doubleday, 1968.
- BARAN, Paul. *A economia política do desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BERNSTEIN, Henry. Sociology of underdevelopment vs. Sociology of development? In: LEHMANN, D. *Development theory: Four critical studies*. Londres: CASS, 1979.
- BIANCHI, Alvaro. O marxismo fora do lugar. *Política & Sociedade*, v. 9, n. 16, p. 177-203, abr. 2010.
- BONENTE, Bianca I. *Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista*. Tese de Doutorado em Economia. Universidade Federal Fluminense, 2011.
- BRENNER, Robert. The Origins of Capitalist Development: a Critique of Neo-Smithian Marxism. *New Left Review*, n. 104, jul.-ago. 1977.
- BREWER, Anthony. *Marxist Theories of Imperialism: A critical survey*. London: Routledge, 1990.
- BROWN, Michael. B. *The economics of imperialism*. London: Penguin, 1974.

- CARCANHOLO, Marcelo; AUGUSTO, André. Ainda sobre a teoria da história em Marx. Comunicação apresentada ao *Colóquio internacional Marx e o Marxismo*. Niterói: NIEP-MARX/UFF, 2013.
- CHILCOTE, Ronald. Teorias reformistas e revolucionárias do desenvolvimento e subdesenvolvimento. *Revista de Economia Política*, v. 3, n. 3, p. 103-123, 1983.
- DASHKOVSKIJ, Isaak. International exchange and the law of value (partes I). *Pod Zramenem Marxizma* n. 4, p. 131-151, 1927.
- \_\_\_\_\_. International exchange and the law of value (partes II). *Pod Zramenem Marxizma* n. 5, p. 59-91, 1927.
- DI MEGLIO, Mauro e MASINA, Pietro. Marx and Underdevelopment. In: Alfredo SAAD-FILHO, A. e BOFFO, M. *The Elgar Companion to Marxist Economics*. Cheltenham: Edward Elgar, 2012. p. 206-211.
- DE PAULA, Patrick G. (2014). Duas teses sobre Marx e o desenvolvimento: Considerações sobre a noção de desenvolvimento em Marx. Dissertação de Mestrado. PPED, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2014. Disponível em: <http://bit.ly/1w4XRDP>. Acesso em 14 mai. 2014.
- DOS SANTOS, Theotonio. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.
- DUSSEL, Enrique. *El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana*. México: Itzapalapa; Siglo Veintiuno, 1990
- EMMANUEL, Arghiri. *Unequal exchange*. London: New Left books, 1972.
- FIORI, José Luís. De Volta à Questão da Riqueza de Algumas Nações. In: FIORI, José Luís. (org). *Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FOSTER-CARTER, Aidan. The modes of production controversy. *New Left Review*, n. 107, jan.-fev. 1978.
- FRANK, Andre Gunder. El desarrollo de subdesarrollo. In: FRANK, A. G. et al. *Economia política del subdesarrollo en America Latina*. Buenos Aires: Signos, 1970.
- HOE-GIMM, Gong. World Economy. In: SAAD-FILHO, A. e BOFFO, M. *The Elgar Companion to Marxist Economics*. Cheltenham: Edward Elgar, 2012. p. 384-388
- HOWARD, Michael Charles e KING, John Edward. *A history of Marxian economics*. Princeton: Princeton University, 1989. Vols. 1 e 2.



- KAY, Geoffrey. *Development and Underdevelopment: a Marxist Analysis*. London: Macmillan, 1975
- KIERNAN, Victor. G. *Marxism and Imperialism*. Londres: Edward Arnold Publishers, 1974.
- KOHAN, Nestor. *Marx em su (tercer) mundo: hacia un socialismo no colonizado*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 1998.
- KOSIK, Karel *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1986
- KUUSINEN, Otto V. *Manual de Marxismo-Leninismo*. México: Grijalbo, 1960. Disponível em: <http://bit.ly/1to83r7>. Acesso em 14 mai. 2014.
- LARRAIN, Jorge. Classical Political Economists and Marx on Colonialism and “Backward” Nations. *World Development*, v. 19, n. 2/3, p. 225-243, 1999.
- LEFEBVRE, Henry. *Lógica formal / Lógica dialética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- LUKÁCS, Gyorg. *O jovem Marx e outros escritos de filosofia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009
- MANDEL, Ernest. *A formação do pensamento econômico de Karl Marx: de 1843 até a redação de O Capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- \_\_\_\_\_. *O Capitalismo tardio*. São Paulo: Abril cultural, 1982.
- \_\_\_\_\_. Introduction. In: MARX, K. *Capital*. A critique of the political economy. Harmondsworth: Penguin, 1992. v. I
- MANDLE, Jay R. Marxist analyses of capitalist development in the Third World. *Theory and Society*, v. 9, n. 6, p. 865-876, 1980.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 1973.
- \_\_\_\_\_. Sobre a dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta e STÉDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 1973a.
- MARX, Karl. The East India Company – Its history and results. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Collected Works*. New York: International Publisher, 1979, p. 148-156.
- \_\_\_\_\_. *A miséria da filosofia*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982a.
- \_\_\_\_\_. À redação de Otietchestvieniie Zapiski. In: FERNANDES, R. C. *Dilemas do Socialismo: A controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

- \_\_\_\_\_. Carta de Marx a Vera Zassulich, 8 de mar. 1881. In: FERNANDES, R. C. *Dilemas do Socialismo: A controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: Crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 3v.
- \_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica à economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. *O dezoito brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011a.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.
- \_\_\_\_\_. *Selected correspondence*. Moscou: Progress, 1965.
- \_\_\_\_\_. *A ideologia Alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1982.
- MATSUI, Kiyoshi The Marxian Theory of International Value. *The Kyoto University Economic Review*, v. 40, n. 2, p. 1-17, 1970.
- MCLELLAN, David. *Marxism after Marx: An introduction*. London: McMillan, 1998.
- MOHRI, Kenzo. Marx and “Underdevelopment”. *Monthly Review*, v. 30, n. 11, abr. 1979.
- PALMA, Gabriel. Dependency: a formal theory of underdevelopment or a methodology for the analysis of concrete situations of underdevelopment. *World Development*, v. 6, p. 881-894, 1978.
- PRADELLA, Lucia. Imperialism and capitalist development in Marx’s Capital. *Historical Materialism*, v. 21, n. 2, p. 117-147, 2013.
- PREOBRAJENSKY, Eugênio. *A Nova Econômica*. Rio de Janeiro: Paz e terra. 1979.
- REY, Pierrep-Philippe P. *Les alliances de classes*. Paris: Maspero, 1978.
- ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de o Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2011.
- ROSTOW, Walt Whitman. *Etapas do desenvolvimento econômico: Um manifesto não-comunista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- RUBIN, Isaak. *A teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- SAYER, Derek; CORRIGAN, Philip. Revolution against the state: the context and significance of Marx’s later writings. *Dialectical Anthropology*, v. 12, p. 65-82, 1987.

- SCARON, Pedro. A modo de introducción. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Materiales para la historia de America Latina*. Cordoba: Passado y Presente, 1980, p. 5-19.
- SHAIKH, Anwar. *Valor, Acumulación y Crisis: ensayos de economía política*. Bogotá: Tercer Mundo, 1991.
- SHANIN, Theodor. *Late Marx and the Russian Road*. Londres: Routledge and Kegan, 1984.
- SUTCLIFFE, Robert B. Imperialism and industrialization in the Third World. In: OWEN, R.; SUTCLIFFE, R. *Studies in the Theory of Imperialism*. London: Longman, 1972.
- VUJACIC, Ivan. Marx and Engels on development and underdevelopment: the restoration of a certain coherence. *History of Political Economy*, v. 20, n. 3, 1988.
- WADA, Haruki. Marx and Revolutionary Russia. In: SHANIN, T. *Late Marx and the Russian Road*. Londres: Routledge and Kegan, 1984.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Marx and underdevelopment. In: RESNICK, S. e WOLFF, R. *Rethinking Marxism: Struggles in marxist theory. Essays for Harry Magdoff & Paul Sweezy*. New York: Autonomedia, 1985.
- WARREN, Bill. Imperialism and capitalist industrialization. *New Left Review*, v. I, n. 81, set.-out. 1973.
- WEEKS, John. Capital mercantil. In: BOTTOMORE, T. (org.) *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988. p. 50-51.
- WILLIAMS, Gavin. Imperialism and Development: A Critique. *World Development*, v. 6, p. 925-936, 1978.